

Geisel, Banzer e as transferências de armas brasileiras para a Bolívia, 1974-1979: uma contribuição ao estudo da Guerra Fria Latino-Americana

Geisel, Banzer and Brazil's arms sales to Bolivia, 1974-1979: a contribution to the study of Latin America's Cold War

Carlos Federico Domínguez Avila¹

carlos.dominguez.avila@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

Resumo: O artigo examina as transferências de armas de fabricação brasileira para a Bolívia durante os governos de Ernesto Geisel e Hugo Banzer Suárez, especialmente entre 1974 e 1979. O texto é resultado de pesquisa com documentos consultados no Arquivo Nacional, em Brasília. Sob a perspectiva brasileira, o estudo de caso confirma a existência de uma vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa. Todavia, a concessão de uma linha de crédito especial destinada ao financiamento das exportações de armamento acabou alavancando as referidas transferências. Em termos teórico-metodológicos e empíricos, o presente estudo de caso dialoga com o enfoque denominado de Guerra Fria Latino-Americana.

Palavras-chave: Brasil; Bolívia; indústria de defesa; Guerra Fria Latino-Americana; autoritarismo.

Abstract: The paper discusses the transfers of Brazilian-made weapons to Bolivia, during the governments of Ernesto Geisel and Hugo Banzer Suárez, especially between 1974 and 1979. The manuscript is the result of a research with primary documents consulted at the National Archives, in Brasília. From the Brazilian perspective, the case study suggests a correlation and links between the defense industry, arms exports, and foreign policy. At the same time, the granting of a special credit/loan line to finance arms exports ended up leveraging these transfers. In theoretical-methodological and empirical terms, the present case study dialogues with the approach called Latin America's Cold War.

Keywords: Brazil; Bolivia; defense industrial base; Latin America's Cold War; authoritarianism.

¹ Centro Universitário Alves Faria (UniAlfa). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Av. Perimetral Norte, 4129 - St. Vila João Vaz, 74445-190, Goiânia/GO, Brasil. Atualmente realiza estágio de pós-doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Agradeço os comentários dos avaliadores anônimos que revisaram a versão original do texto. Também, agradeço as sugestões de colegas que me ajudaram com uma leitura atenta do manuscrito, especialmente Sidnei Munhoz, Mariana Schlickmann, Leonardo Granato, Rodrigo Pedrosa Lyra e Elimar Pinheiro do Nascimento. As ideias e opiniões expressas no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, as opiniões das instituições às quais está vinculado.

Introdução

Em 15 de março de 1974, o presidente boliviano Hugo Banzer prestigiou a posse de Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto. Banzer foi um dos governantes *de facto* mais próximos do regime burocrático-autoritário brasileiro, desde que assumiu o governo de La Paz, em 1971, após um golpe de Estado contra o presidente Juan José Torres (Sivak, 2001; Andrade, 2011; Cardoso, 1979). Dois meses depois da sucessão presidencial em Brasília, Geisel, na sua primeira viagem ao exterior como mandatário, foi a Cochabamba. Com efeito, em 22 de maio de 1974, Geisel e Banzer se reuniram para examinar questões de interesse comum, principalmente relacionadas a projetos energéticos, de mineração e industriais (Meira, 2009). Na solenidade, Geisel (1974, p. 14) comentou que, na sua opinião, o referido encontro representava “uma nova etapa no tradicional processo de identificação de objetivos e ideais de nossas duas nações”. Acrescentou que “os documentos, que vão ser assinados entre os nossos países, constituirão um passo decisivo no caminho da aceleração dos seus respectivos processos de desenvolvimento”. E concluiu sublinhando que, “Com a preocupação de responder às solicitações do presente e de respeitar os profícuos ensinamentos do passado, de modo a inteligentemente preparar o amanhã de nossos povos, tenho a certeza de que este encontro frutificará em prol do engrandecimento de nossas pátrias.”

Agora sabe-se que as negociações sobre importações de gás natural, de minério de ferro e outros projetos bilaterais na região da fronteira comum não foram bem-sucedidas naquela época (Vidigal, 2007). Na verdade, elas continuaram nos anos subsequentes. E especificamente a questão das importações brasileiras de gás boliviano só veio a ser confirmada na década de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo assim, a escolha da Bolívia como primeiro destino internacional do Geisel sugere, como mínimo, a existência de afinidades eletivas, convergências e relações bilaterais significativas. Observe-se que, de um lado, Banzer tinha uma base de sustentação político-social relativamente consistente na oriental região de Santa Cruz – limítrofe com o Brasil. Outrossim, numerosas fontes sugerem que o golpe de Banzer em 1971 foi respaldado pelo governo brasileiro da época (Sánchez, 1972). Nessa linha, o mandatário boliviano manteve vínculos bastante fortes e significativos com o regime militar brasileiro – semelhantes aos observados nos casos de Alfredo Stroessner, Augusto Pinochet e, em menor medida, de Juan María Bordaberry (Moniz Bandeira, 2008; Collier, 1979). De outro lado, em termos geopolíticos, manifestou-se em diferentes

oportunidades a relevância do território boliviano – particularmente da região entre Cochabamba, Santa Cruz e Sucre –, no contexto da dinâmica da inserção brasileira na América do Sul (De Souza, 2019).

Para além das negociações sobre importações brasileiras de gás natural boliviano ou dos temas geopolíticos sul-americanos, neste estudo de caso interessa auscultar uma temática pouco pesquisada academicamente, isto é, a vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira para a Bolívia durante o governo de Ernesto Geisel (Lima, 2018). Nesse diapasão, neste artigo, acompanhando o clássico trabalho de Andrew Pierre (1982, p. 3), entende-se que “As vendas de armamentos são muito mais do que uma ocorrência econômica, um relacionamento militar, ou um desafio ao controle de armas – as vendas de armamento são política externa no sentido mais óbvio e profundo.”

Também se aceitam, como pontos de partida teórico-metodológico e empírico, as ponderações de Barry Blechman (1990, p. 116) no sentido de que “A motivação fundamental que impulsiona as exportações de armas não é econômica, ela é política – política internacional.” E de que “A decisão de exportar armamento a um determinado país sugere uma implícita aprovação das políticas públicas do importador, ou ao menos de seu posicionamento no cenário internacional, e assim é entendida tanto pelos amigos quanto pelos adversários.” Note-se que elucubrações bastante semelhantes às de Pierre ou de Blechman aparecem em um precoce e importante documento precursor da denominada Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar –PNEMEM, de 1974. Para autoridades brasileiras envolvidas na formulação e implementação da política setorial,

1.3 A exportação de material militar atende aos interesses da política externa e pode ser instrumento valioso de afirmação e defesa da soberania nacional. O aproveitamento das oportunidades criadas no mercado exterior, ao possibilitar a ampliação quantitativa e qualitativa da escala de produção interna, é fator de aumento da autonomia de abastecimento das Forças Armadas brasileiras e, conseqüentemente, de maior independência do país com relação aos fornecedores habituais de equipamento militar. Por outro lado, haveria importantes vantagens, políticas e econômicas, na vinculação de países importadores a fabricantes brasileiros de material por natureza do mais alto valor estratégico. O incremento das exportações deverá fortalecer, por conseguinte, a posição internacional do Brasil.²

² Grupo Interministerial sobre Política de Exportação de Armamentos e Equipamentos de Uso Militar em Geral, Relatório Final (Secreto), Brasília, 8.10.1974, *apud* Magalhães (2016, p. 243-249).

Nesse sentido, os estudos e pesquisas teórico-metodológicas e empíricas sobre transferência de armas são, coletivamente, uma temática convergente com a política e a segurança internacional – quer dizer, ela está no cerne da disciplina História das Relações Internacionais. Nessa ordem de ideias, e sob uma perspectiva acadêmica mais especificamente brasileira, o presente estudo de caso dialoga e apresenta afinidades eletivas com as contribuições pioneiras de Ken Conca (1997), Domicio Proença (1994), Frank D. McCann (1981) e Rodrigo Moraes (2012). Mais recentemente, destaca-se a contribuição de David Magalhães (2016). Com efeito, ao fundamentar-se em pesquisa de arquivo e com fontes primárias, Magalhães (2016) apresenta um trabalho acadêmico particularmente significativo e convergente com o enfoque teórico-metodológico e empírico específico deste estudo de caso. Ainda que por razões de espaço não seja possível auscultar detalhadamente o conteúdo dessas obras paradigmáticas, vale deixar registrada a influência e correlação delas com a pesquisa ora em curso.

Sob uma perspectiva analítica e contextual mais abrangente, o artigo também se fundamenta nos estudos em história das relações internacionais, principalmente no enfoque da denominada Guerra Fria Latino-Americana. *Grosso modo*, trata-se de um renovado conjunto de pesquisas impulsionadas principalmente por historiadores das relações internacionais da América Latina e da história contemporânea/global que, a partir do acesso a documentação recentemente desclassificada e outras fontes primárias – história oral –, bem como a disciplinas auxiliares, conseguiram formular e disponibilizar enfoques inovadores “na”, “desde” e “para” a História da região (Brands, 2010).

O assunto é importante já que, até recentemente, os pesquisadores interessados nessa importante temática geralmente tinham que se aproximar dos seus respectivos problemas-objetos sob perspectivas teórico-metodológicas importadas de centros hegemônicos – com graves implicações epistemológicas. Outrossim, durante muitas décadas o acesso a certos acervos documentais sensíveis e pertinentes à temática ficou restrito. De fato, alguns arquivos públicos e privados continuam praticamente fechados a pesquisadores civis interessados nessa questão (Pettinà, 2018).

Em poucas palavras, o enfoque da Guerra Fria Latino-Americana procura incentivar uma aproximação teórico-metodológica mais rigorosa, pertinente e documentalmente verificável para a pesquisa sobre o acontecimento “na”, “desde” e “para” o continente latino-americano. Cumpre sublinhar que certos historiadores brasileiros foram pioneiros nesse esforço conjunto (Cervo, 2001; Munhoz, 2020). Também é possível corroborar as con-

tribuições de pesquisadores de outros países latino-americanos, bem como de “latino-americanistas” de terceiros países e/ou de outros acadêmicos interessados nos *cold war studies* (Westad, 2005; Harmer, 2011). Igualmente, a temática e o artigo apresentam afinidades eletivas com disciplinas afins, especialmente com a Ciência Política e Relações Internacionais (Cardoso, 1979; Burns, 2014).

Em termos cronológicos, o artigo coincide com a terceira fase da Guerra Fria Latino-Americana, geralmente delimitada entre 1968 e 1979. Assim sendo, o problema-objeto da pesquisa, isto é, as transferências de armamento brasileiro para a Bolívia durante os governos dos presidentes Geisel e Banzer, correlaciona-se com uma série de temáticas conexas, tais como: regime autoritário, violência política, luta pela redemocratização, segurança nacional, cooperação Sul-Sul, “subimperialismo”, Estado dependente, modelo nacional-desenvolvimentista, distensão e relaxamento da competição Leste-Oeste ou *détente*, e entorno estratégico brasileiro, para citar algumas (Simon, 2021; Fernandes, 2009).

Assim, a pergunta central que orienta o presente estudo de caso é a seguinte: como e por que a Bolívia comandada pelo general Hugo Banzer Suárez se erigiu, entre 1974 e 1978, em um importante importador de armas de fabricação brasileira? A hipótese deste trabalho sugere que as consideráveis transferências de armas de fabricação brasileira para a Bolívia teriam sido alicerçadas em convergências geopolíticas, no pragmatismo comercial da indústria de defesa, na cooperação técnico-militar e também na concessão pelo governo brasileiro de inovadora linha de crédito especial para financiar a exportação de material de emprego militar. Em outras palavras, no contexto da Guerra Fria Latino-Americana, o argumento deste manuscrito procura demonstrar a pretensa existência de uma vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira para a Bolívia durante o governo burocrático-autoritário comandado pelo general Ernesto Geisel (Skidmore, 1988; Collier, 1979).

O artigo é resultado de pesquisa com documentação primária, consultada no Arquivo Nacional – mais especificamente, na Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Foi auscultado o denominado Acervo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em geral, trata-se de uma coleção de documentos burocrático-administrativos e diplomáticos procedentes de diferentes repartições do governo federal, bem como de alguns outros atores com vínculos e interesses na temática – inclusive de empresas privadas brasileiras. Os referidos documentos são autênticos, legítimos, razoáveis, válidos e recentemente desclassificados. Observe-se que até pouco tempo eles eram considerados secretos e/ou confidenciais. Todavia, estão diretamente

correlacionados ao problema-objeto deste estudo de caso e podem ser acessados por outros pesquisadores interessados na temática. Outrossim, o autor do artigo está ciente das oportunidades e riscos colocados pelos desenhos de pesquisa alicerçados em documentação burocrática – no sentido weberiano da expressão –, principalmente durante uma época de predomínio autoritário, quer no Brasil, quer na Bolívia.

Indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira: mais uma volta do parafuso

Sob a perspectiva brasileira, os dois encontros presidenciais entre Ernesto Geisel e Hugo Banzer supracitados coincidiram com uma importante recomposição da vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa (Martins e Nunes, 2017). Ainda que, por razões de espaço, não seja possível examinar exaustivamente o assunto, é importante destacar que essa rearticulação teve um impacto importante e significativo nas relações bilaterais, em geral, e na questão das transferências de armas de fabricação brasileira para a Bolívia, em particular (Souza, 1998).

Em relação à indústria de defesa, é pertinente registrar que, coincidindo com o denominado milagre econômico brasileiro, entre 1969 e 1973, houve uma importante transformação do subsetor, com destaque para o início da produção de grandes sistemas de armamento – ou *major weapons* – com crescente grau de desenvolvimento e inovação tecnológica. Estabelecidas em um contexto político-social bastante repressivo, algumas empresas brasileiras, como a Engesa-Engenheiros Especializados, a Avibras Sistemas Aeroespaciais ou a Empresa Brasileira de Aeronáutica-Embraer, conseguiram implementar um virtual salto tecnológico no campo da indústria de defesa. Destarte, na primeira metade da década de 1970, essas e outras empresas passaram a produzir viaturas blindadas, mísseis, aeronaves, artilharia, radares – complementando, assim, as atividades mais tradicionais de produção de armas leves, munição, granadas, minas de estilhaço e outro material semelhante (McCann, 1981). Vale acrescentar que a razoável relação custo-benefício desses sistemas de armamentos atendeu os requerimentos e as especificações tanto do mercado doméstico – isto é, das Forças Armadas e de segurança pública brasileiras – quanto do mercado internacional.

Todavia, em virtude das limitações do mercado interno, e procurando ampliar as economias de escala – mediante uma gradual redução dos custos unitários dos

bens –, as empresas brasileiras consideraram apropriado e pertinente procurar novos clientes no exterior (Brooke, 1981). Concomitantemente, a demanda mundial de armas experimentou um importante crescimento, principalmente em países em desenvolvimento. Em um contexto global de contradições Leste-Oeste e Norte-Sul, bem como de considerável concorrência entre fornecedores tradicionais e emergentes, as empresas brasileiras – especialmente a Engesa, Avibras e Embraer – conseguiram se posicionar de forma bastante promissora e relevante. Esse é o caso das viaturas blindadas EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu da Engesa. Após serem fornecidas ao próprio Exército brasileiro, esses sistemas de armas passaram a ser apresentados a clientes no mercado internacional. Destarte, a Líbia de Muammar al-Gaddafi e o Chile de Augusto Pinochet foram os primeiros países a importar o referido material, ainda em 1974 e 1975. Na sequência, o Ministério da Defesa da Bolívia de Banzer acabou se erigindo no terceiro país do mundo a assinar contrato com a Engesa para importar lotes das referidas viaturas blindadas e de caminhões todo-terreno (Gaillard, 1980).

A par das continuidades e mudanças na indústria de defesa, foi aprovado, em 1974, um novo mecanismo de controle e regulação institucional das transferências denominado de Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM (Magalhães, 2016). Resumidamente, a PNEMEM colocou algumas pautas básicas para orientar, regular, autorizar ou negar transferências de armas para o exterior, sob o argumento da responsabilidade política irrecusável do governo do país exportador, especialmente em relação a eventuais clientes em regiões em turbulência político-social interna ou em conflito aberto ou potencial com terceiros.

Vigente até 2018, a PNEMEM foi coordenada conjuntamente pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e pelo Ministério das Relações Exteriores, e nela também participavam outros agentes públicos e privados com vínculos e interesses no processo de tomada de decisões acerca da eventual exportação de armas. Ressalte-se que, geralmente, a decisão final para autorizar – ou não – uma transferência de armas cabia ao próprio presidente da República. Deste modo, em algumas poucas oportunidades houve, sim, veto presidencial à exportação de material brasileiro para certos importadores estrangeiros. Nessa mesma linha de pensamento, consta que os objetivos da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM eram os seguintes:

Fortalecer a posição internacional do Brasil, pelo desenvolvimento da capacidade de suprir produtos do mais alto valor estratégico.

Facultar à indústria militar nacional acesso a maior

mercado, incentivando e possibilitando aumento da escala de produção interna e aplicação de novos investimentos no setor.

Estimular o desenvolvimento da indústria privada e da pesquisa tecnológica do material de emprego militar, bem como o aperfeiçoamento do seu padrão de qualidade.

Fortalecer, indiretamente, o poder militar, inclusive pela ampliação da capacidade de mobilização industrial.

Contribuir positivamente para o Balanço de Pagamentos, pelo aumento da receita de exportação e redução das despesas decorrente da substituição de importações.³

Sob a perspectiva do caso boliviano, que é o que mais interessa para os fins deste estudo de caso, destacou-se não somente a favorável predisposição política, econômica e de segurança do governo de Geisel em autorizar as exportações de empresas privadas brasileiras. Para além dos aspectos puramente comerciais desses eventuais contratos, também foi ofertada ao governo de Banzer a concessão de financiamento público especial – quer dizer, um crédito subsidiado em condições altamente vantajosas – para ampliar os acordos de fornecimento de armas brasileiras. Anteriormente, esse mecanismo de financiamento especial para a exportação de armas de fabricação brasileira somente tinha sido disponibilizado para o governo de Pinochet – um outro aliado de Brasília no cenário sul-americano (Fernandes, 2009; Simon, 2021). Portanto, a autorização do governo de Geisel para a realização de negociações com os bolivianos acerca dessa linha de crédito especial foi outorgada em novembro de 1974⁴.

Em janeiro de 1975, o governo de Banzer aceitou as condições básicas do crédito brasileiro. Assim sendo, o embaixador brasileiro em La Paz informou ao Itamaraty o seguinte: “Confirmou-me ontem o presidente Banzer sua decisão de levar avante a negociação do contrato de crédito para aquisição no Brasil de material de emprego militar, a saber, granadas e carros blindados, no valor de 14 milhões de dólares, com 15 anos de prazo e juros de 7 por cento.” “Indicou-me ainda o presidente Banzer o desejo de que essa operação comercial fique registrada nas estatísticas dos dois países em termos genéricos, algo como explosivos e veículos de uso militar, sem especificar a natureza do material”, acrescentou o referido diplomata⁵. Alguns meses depois, em 25 de setembro de 1975, o

Decreto-Supremo nº 12883/1975, do governo de La Paz, autorizou a contratação de um crédito especial firmado entre o Ministério das Finanças da Bolívia e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – Cacex, para o fornecimento de material militar fabricado no Brasil, no valor de US\$ 14 milhões. Dois anos depois, esse crédito foi majorado, em março de 1977, até chegar aos US\$ 34 milhões. Isto é, um montante relativamente importante para os padrões bilaterais e que alavancou significativamente a posição boliviana entre os importadores de material de emprego militar de fabricação brasileira nessa década – especialmente no caso da Engesa.

Em suma, em 1974 houve uma rearticulação na vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira. A aprovação da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEEM, que vigorou até 2018, foi uma das inovações mais relevantes e significativas decorrentes daquela rearticulação. E tudo isso gerou consequências marcantes na mudança e continuidade das relações bilaterais brasileiro-bolivianas, em geral, e nas transferências de armas para aquele país, em particular – então governado por um aliado do regime burocrático-autoritário brasileiro (Ribeiro, 1972; O’Donnell, 1979).

Armas brasileiras no Altiplano boliviano

As transferências de armas e munições brasileiras para a Bolívia são anteriores aos regimes *de facto* de Ernesto Geisel e Hugo Banzer Suárez. Antes de 1974 essa cooperação técnico-militar era realizada a partir de relações econômico-comerciais de empresas brasileiras interessadas no mercado daquele país, bem como sob a perspectiva da luta antissubversiva, da denominada doutrina da segurança nacional, das assim chamadas “fronteiras ideológicas” e da dinâmica geopolítica sul-americana (Pinto e Novion, 2018). Assim, por exemplo, em julho de 1970, ainda durante o governo do general Alfredo Ovando Candia, a documentação consultada registra a urgente solicitação do governo de La Paz para o fornecimento de armas e munições do Brasil, destinado ao “emprego no combate ao foco guerrilheiro surgido dia 19 último”⁶. Percebem-se, então, argumentos adicionais que, mais uma vez, demonstrariam as correlações do problema-objeto com

³ Objetivos da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEEM), Anexo a Memorando de Antonino Lisboa Mena Gonçalves ao Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, DPC/ 146 (Secreto), Brasília, 27.10.1980, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores –AMRE.

⁴ Ministério das Relações Exteriores – doravante MRE – à Embaixada em La Paz, Minuta de Telegrama 276 (Secreto), Brasília, 6.11.1974, Arquivo Nacional – doravante AN –: SNA AMG 9, p. 112/235. Em comunicações subsequentes, autoridades bolivianas consultaram se o crédito brasileiro era uma “doação” ou um “empréstimo” público. Foi necessário esclarecer que se tratava de um financiamento público para uma operação comercial com condições muito vantajosas, e não uma doação.

⁵ Claudio ao MRE, Telegrama 102 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 30.1.1975, AN: SNA AMAG 10, p. 28/259.

⁶ Alberto Raposo Lopes ao MRE, Telegrama 154 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 27.7.1970, AN: SNA AMAG 7, p. 43/55.

os estudos e pesquisas próprios do enfoque da Guerra Fria Latino-Americana.

Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008, p.207ss.) sugere que o governo burocrático-autoritário do presidente Emílio G. Médici cooperou ativamente na conspiração que, em 21 de agosto de 1971, resultou na deposição de Juan José Torres e na assunção de Hugo Banzer ao Palácio Queimado, sede do governo central boliviano. Doravante, no contexto de um governo militar fortemente repressivo, Banzer passou a ser considerado como um aliado brasileiro no contexto sul-americano. À época, os principais fornecedores brasileiros de material militar eram: a Taurus (armas leves), a Companhia de Explosivos Mantiqueira (granadas), a Companhia Brasileira de Cartuchos (munição) e a Aerotec (aviões de treinamento Uirapuru A-122). Também, a Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, Beretta e Explosivos Valparaíba.

A partir dos dois encontros Geisel-Banzer, em março e maio de 1974, as relações de segurança e defesa entre as partes experimentaram uma sensível convergência – o que representa um caso de virtual diplomacia presidencial-militar (Lima, 2018; Vizentini, 1998). Ressalte-se que a concessão de linha de financiamento especial ao governo boliviano, em 1975, resultou em significativas compras de viaturas blindadas e caminhões da Engesa, bem como de armas leves – revólveres, munição e granadas. Evidentemente, esses recursos financeiros e materiais resultaram em um reforço do Exército boliviano, e em uma elevação do prestígio e da legitimidade do governo de Banzer (Sivak, 2001). Em termos operacionais, a linha de crédito especial de 14 milhões de dólares estadunidenses possibilitou a assinatura de um contrato do governo de La Paz com a Engesa para a transferência de 14 unidades de EE-9 Cascavel, 12 de EE-11 Urutu, 75 de EE-15 Caminhão médio todo-terreno, e 12 de EE-25 Caminhão pesado (Strachman e Deg’lesposti, 2010). Esses sistemas de armamento foram entregues ao Exército boliviano a partir de agosto de 1976, conforme informou o embaixador brasileiro em La Paz ao Itamaraty⁷.

Cumprir acrescentar que, na perspectiva de uma ampliação da linha de crédito especial – isto é, com um suplemento de US\$ 20 milhões, disponibilizado a partir de março de 1977 –, houve um esforço para modernizar outros ramos das Forças Armadas e de segurança públi-

ca daquele país. Em consequência, os comandantes da Força Aérea e da Força Naval boliviana manifestaram a diplomatas brasileiros em La Paz o interesse de suas respectivas instituições em usufruir da referida linha de financiamento. No caso da Força Aérea, auscultou-se sobre a possibilidade de importar aviões T-25 Universal da Embraer⁸.

No caso da Força Naval, ponderou-se sobre a possibilidade de adquirir navios-patrolheiros das classes Roraima ou Pedro Teixeira – ambos projetados e construídos no Brasil para uso nos rios da Bacia Amazônica⁹. A modernização da Força Naval boliviana era particularmente urgente, já que seus navios estavam claramente ultrapassados. A esse respeito, o embaixador em La Paz relatou ao Itamaraty, por exemplo, o seguinte: “Para que Vossa Excelência avalie a significação que essa eventual aquisição terá para a Força Naval Boliviana, me permito informar que a mesma não tem ainda um só navio de aço, operando exclusivamente com lanchas ou pequenas embarcações (tipo ‘gaiola’) de madeira.”¹⁰ Também, a Polícia boliviana recebeu mais de 6 mil revólveres das forjas Beretta e Taurus, e munição da Empresa Brasileira de Cartuchos – CBC¹¹.

Uma parcela dessa ampliação do crédito especial foi alocada num segundo contrato com a Engesa, especialmente para a importação de caminhões pesados e todo-terreno – de uso militar (Sipri, 2022)¹². Acontece que, segundo ponderações da embaixada em La Paz e de representantes comerciais da Engesa naquele país, o alto comando do Exército boliviano pretendia “padronizar progressiva e totalmente seu equipamento de transporte com veículos de fabricação brasileira”. “O material a ser importado com base na ampliação de crédito ora em exame corresponde, principalmente, a caminhões de uso militar, que constituiriam o núcleo em torno do qual se processaria a planejada padronização”, acrescentou o diplomata. Sob a perspectiva das relações bilaterais, bem como da vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira, o embaixador Sizinio Pontes Nogueira chegou a manifestar também o seguinte:

Desnecessário é ressaltar a importância desta operação, principalmente quando o Exército boliviano tenciona criar um “núcleo de padronização”, que condicionará suas futuras compras, constituindo

⁷ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 990 (Secreto), La Paz, 6.11.1976, AN: SNA AMAG 11, p. 236/289.

⁸ Claudio ao MRE, Telegrama 395 (Confidencial urgente), La Paz, 29.4.1976, AN: SNA AMAG 11, p. 108/289. Segundo a referência, o então comandante da Força Aérea – e futuro presidente –, Luis García Meza, expressou ao diplomata brasileiro o interesse em importar entre 12 e 18 aparelhos. Todavia, o referido oficial teria ponderado que “a escolha final poderá ser influenciada pelo preço e condições de financiamento, [portanto] a Força Aérea Boliviana deseja saber em que termos poderiam ser comprados os T25”.

⁹ Claudio ao MRE, Telegrama 997 (Secreto urgente), La Paz, 6.11.1975, AN: SNA AMAG 10, p. 235/259.

¹⁰ Claudio ao MRE, Telegrama 754 (Secreto urgente), La Paz, 16.9.1975, AN: SNA AMAG 10, p. 182/259.

¹¹ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 627 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 23.5.1978, AN: SNA AMAG 13, p. 129-130/161.

¹² Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 290 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 8.3.1977, AN: SNA AMAG 12, p. 101/180.

*uma duradoura reserva de mercado “de facto” não só para unidades completas mas também para material de reposição.*¹³

Tanto a ampliação da linha de crédito brasileira quanto a assinatura de um segundo contrato entre o Ministério da Defesa do governo da Bolívia e a Engesa foram altamente significativas e relevantes para as partes. Mais de 200 unidades de caminhões da Engesa foram transferidas para o país andino até o início de 1981. Deste modo, a Bolívia era, ao final do governo de Geisel, o quarto mais importante cliente da Engesa, somente superado pelas importações do Iraque, da Líbia e do Chile. Sendo assim, tratar-se-ia de uma constatação significativa sob a perspectiva das políticas de transferência de material de emprego militar de fabricação brasileira (Strachman e Degl'lesposti, 2010).

Antes de concluir esta parte do estudo de caso, parece pertinente refletir sobre o uso e a destinação que o governo de Banzer deu para as armas importadas do Brasil. Evidentemente, para um governo militar, o acesso a material moderno e sofisticado era uma questão de prestígio e de legitimação inclusive em termos institucionais; isto é, diante dos comandantes dos diferentes ramos das Forças Armadas e de segurança pública, bem como para reforçar as credenciais em relação à base de sustentação civil do regime (Whitehead, 2002). Numa época de autoritarismo e de repressão de opositores, inclusive no contexto da famigerada operação Condor (McSherry, 2009; Dinges, 2005), o uso de material brasileiro efetivamente era considerado uma evidente demonstração de apoio externo, tanto por aliados como por adversários. Tudo isso com importantes repercussões domésticas e bilaterais (Lavaud, 2003; Chungara, 1978).

Dito isso, o uso e destinação desse material de fabricação brasileira pelas autoridades bolivianas acabou provocando algumas preocupações inesperadas em Brasília. Especificamente no que diz respeito às relações da Bolívia com o Chile, as fontes consultadas sugerem que passou a existir receio de alguma vinculação ou comprometimento político-diplomático. Acontece que, no contexto da centenária disputa limítrofe boliviano-chilena – que incluía uma reivindicação de La Paz para ter acesso soberano ao oceano Pacífico –, o governo de Banzer aceitou de forma mais ou menos explícita uma incorporação de seu país no esquema de pressão e ameaça do uso da força então exercido pelo governo argentino de Jorge Rafael Videla contra o Chile, em virtude do conflito do Beagle, no extremo sul do continente. Com efeito, ao longo de

1978, especulou-se sobre a possibilidade de uma virtual aliança entre os governos de Buenos Aires, La Paz e Lima contra o Chile de Pinochet, em função de divergências fronteiriças e territoriais. Observe-se que, em dezembro de 1978, uma guerra entre a Argentina e o Chile – com eventual intervenção da Bolívia e do Peru – passou a ser uma ameaça plausível e crível na comunidade hemisférica e global (Boersner, 2007).

Nesse cenário de tensões regionais e especificamente bilaterais entre a Bolívia e o Chile, o eventual uso de material de fabricação brasileira pelo governo e pelas Forças Armadas bolivianas para intimidar ou ameaçar o governo de Santiago – e vice-versa – foi observado com alguma preocupação em Brasília. Em maio de 1978, por exemplo, houve efetiva movimentação de viaturas blindadas de fabricação brasileira com destino a quartéis do Exército boliviano próximos da fronteira com o Chile. A esse respeito, o embaixador brasileiro em La Paz informou aos seus superiores hierárquicos em Brasília o seguinte:

*No dia de ontem, o comandante do Exército general Alfonso Villalpando, em solenidade realizada no Colégio Militar em La Paz, procedeu à entrega à nova unidade mecanizada, que terá sede na localidade ocidental de Patacamaya, de 24 veículos tipo Cascavel e 12 tipo Urutu deslocados de Santa Cruz de la Sierra para esta cidade. Tão logo tive conhecimento da citada cerimônia, à qual compareceu o presidente Hugo Banzer Suárez acompanhado de numerosa comitiva, da qual faziam parte jornalistas, entrei em contato com o chefe da Casa Militar general Raul Tejerina a que manifestei o interesse [brasileiro] da não divulgação da venda das citadas unidades pelo Brasil à Bolívia, tendo em vista a atual situação nesta parte do continente e o caráter sigiloso de toda a operação consubstanciado na natureza reservada dos próprios Decretos-Supremos que a autorizaram [...].*¹⁴

Em outras palavras, praticamente todas as viaturas blindadas da Engesa importadas pelo governo boliviano estavam sendo transferidas para guarnições localizadas nas adjacências da fronteira com o Chile. Curiosamente, na época o governo de Santiago de Chile também tinha sido agraciado com uma linha de crédito especial concedida pelo regime de Geisel, e também havia importado significativas quantidades de material de emprego militar do Brasil – inclusive as mesmas viaturas blindadas EE-9 Cascavel e EE-11 da Engesa. Deste modo, na hipótese de um conflito bélico generalizado, tanto a Bolívia

¹³ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 240 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 26.2.1977, AN: SNA AMAG 12, p. 104-106/180.

¹⁴ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 627 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 23.5.1978, AN: SNA AMAG 13, p. 129-130/161.

quanto o Chile poderiam haver utilizado armas de fabricação brasileira em suas ações de combate ofensivas/defensivas. Isto posto, e sob uma perspectiva de análise contrafactual, cumpre refletir sobre os possíveis cenários e desdobramentos bilaterais e multilaterais que o uso de material de fabricação brasileira entre beligerantes e vizinhos poderia acabar provocando na formulação e implementação da política externa brasileira na América do Sul (Cervo, 2001).

Continuidade e mudança político-social, qualidade da liderança e os limites da cooperação técnico-militar brasileiro-boliviana

Em 21 de julho de 1978, Banzer foi deposto da Presidência pelo seu ministro do Interior, o general Juan Pereda Asbún (Lavaud, 1991; Sivak, 2001). Em retrospectiva, sabe-se que esse golpe deu início a um novo ciclo de grave turbulência político-social, que vigorou até a posse de Hernán Siles Zuazo, em outubro de 1982 – doravante num contexto de transição e consolidação democrática (Dunkerley, 2017; Mitchell, 1981). Ao mesmo tempo, um processo de sucessão presidencial estava acontecendo no Brasil, com a posse de João Baptista de Oliveira Figueiredo, em março de 1979 (Cervo e Bueno, 2002). Assim, cumpre auscultar o impacto dessa mudança política e social no devir das relações de segurança bilaterais, criadas em virtude das exportações de material brasileiro, com base nos entendimentos entre Geisel e Banzer.

Para os fins deste estudo de caso, é interessante ponderar que a queda de Banzer também resultou em divergências entre facções do estamento militar boliviano. Todavia, houve alguns questionamentos das novas autoridades bolivianas em relação à gestão dos créditos especiais concedidos pelo governo brasileiro e dos contratos assinados durante o período presidencial anterior. Com efeito, a documentação consultada sugere que, uma semana após a queda de Banzer, alegações de má qualidade do material da Engesa passaram a ser discutidas entre os novos altos comandantes do Exército daquele país andino. “O adido do Exército a esta missão foi convocado, na manhã de ontem, pelo general Victor González Fuentes, recém-nomeado para o cargo de chefe do Estado Maior das forças armadas da Bolívia, que lhe fez observações negativas

quanto à qualidade dos caminhões da Engesa vendidos ao Exército deste país”, informou-se ao Itamaraty¹⁵.

No mesmo documento, e após reunião reservada dos diplomatas brasileiros com o representante comercial da Engesa na Bolívia, o executivo da empresa fabricante paulista teria ponderado o seguinte: “[...] no seu entender, o que está ocorrendo teria origem, basicamente, em uma tentativa de desprestigiar as autoridades militares do Governo do presidente Hugo Banzer, responsáveis pelos dois contratos de compra de material produzido pela Engesa, o primeiro dos quais já cumprido.” Esse executivo da Engesa acrescentou que a má qualidade que se alegava também era resultado da falta de manutenção e negligência dos responsáveis no interior do Exército boliviano. Todavia, o maior receio do representante comercial da Engesa seria que as novas autoridades bolivianas “possam pretender a devolução dos veículos à Engesa e a rescisão do contrato para fornecimento de material de emprego militar a este país”¹⁶.

Os receios de um eventual rompimento do segundo contrato do governo boliviano com a Engesa somente foram superados após a visita de uma delegação da empresa a La Paz, encabeçada pelo diretor comercial Antônio Vito de Grassi, e de reuniões com a cúpula militar boliviana. Segundo relato do alto executivo da Engesa ao embaixador brasileiro, “as alegações de má qualidade originaram-se principalmente do desconhecimento, de parte do novo comando do Exército boliviano, de alguns pormenores dos contratos de fornecimento de material de emprego militar produzido pela Engesa”. Além disso, segundo a mesma fonte, teria ficado claro “que uma certa rivalidade entre as atuais autoridades militares e do governo do presidente Hugo Banzer Suárez não deixou de influenciar o estado de ânimo das primeiras”¹⁷. Ao final desses encontros diretos entre o comando do Exército boliviano e os executivos da Engesa, as novas autoridades militares teriam expressado a intenção de dar continuidade ao contrato em andamento e até ampliá-lo no futuro.

Numa avaliação geral do incidente, após uma segunda visita a La Paz do engenheiro Antônio Vito di Grassi, o próprio embaixador Sizinio Pontes Nogueira informou ao Itamaraty o seguinte:

Segundo o meu interlocutor [Antônio Vito de Grassi], parte da alta oficialidade que assumiu postos-chaves na administração do Exército no governo do presidente Juan Pereda Asbún, com o objetivo de alijar definitivamente os anteriores comprometidos com o esquema de sustentação do ex-presidente Hugo Banzer Suárez,

¹⁵ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 980 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 29.7.1978, AN: SNA AMAG 13, p. 129-130/161.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 1104 (Secreto urgente), La Paz, 24.8.1978, AN: SNA AMAG 13, p. 99-100/161.

tem procurado realizar um levantamento exaustivo do comportamento da anterior administração em busca de algum fato capaz de gerar uma inculpação. [...] Nessas condições, o assunto está adquirindo conotações acentuadamente políticas ao se configurar como pretexto para uma real definição de poder entre facções em disputa no seio do Exército. Segundo meu interlocutor, na citada disputa, estariam refletidos, também, interesses de vária ordem de oficiais ligados a grupos militares argentinos.¹⁸

Sob uma perspectiva regional sul-americana, a queda de Banzer e a ascensão de Pereda Asbún também implicaram uma sensível aproximação entre os governos de La Paz, Buenos Aires e Lima. Como mencionado em parágrafos anteriores, à época dos fatos, esses três governos tentavam uma convergência estratégica contra o Chile de Pinochet, em virtude de divergências limítrofes. E, poucas semanas depois do golpe de julho de 1978, Banzer foi nomeado embaixador boliviano em Buenos Aires. Destarte, parece claro que Brasília perdeu, ao menos temporariamente, um interlocutor significativo no Palácio Queimado (De Souza, 2019).

Pouco tempo depois, o próprio Geisel foi substituído pelo general João de Oliveira Figueiredo. Vale sublinhar que não está claro se o novo governo brasileiro teve alguma influência – direta ou indireta – na sucessão de golpes e contragolpes que se observaram no país andino até a terceira posse presidencial de Hernán Siles Zuazo, em outubro de 1982. Como quer que seja, no interlúdio, os contratos de transferência de material brasileiro – especialmente dos caminhões todo-terreno da Engesa – continuaram sendo cumpridos.

Em suma, o fim dos governos de Geisel e de Banzer assinalou tanto as potencialidades como as limitações de relações bilaterais de segurança fortemente impulsionadas nos anos anteriores pelas consideráveis transferências de armas brasileiras para a Bolívia. Resta refletir e dialogar com a literatura acadêmica disponível acerca das implicações dessas transferências, principalmente sob a perspectiva da referida vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira. Em última instância, entende-se que o caso boliviano teve alguma relevância, tanto em termos políticos, econômicos e de segurança internacional como no processo de tomada de decisão/formulação e implementação de política andina do governo de Brasília. Essa é outra das especificidades teórico-metodológicas e empíricas do enfoque denominado de Guerra Fria Latino-Americana.

Considerações finais

Ao interagir com a literatura disponível sobre o devir das relações bilaterais brasileiro-bolivianas, geralmente destacam-se os estudos e pesquisas acerca da relevância das negociações para o fornecimento de gás natural e de minério de ferro boliviano ao Brasil, sobretudo desde a primeira metade da década de 1970, quando ambos os países eram governados por regimes claramente autoritários (Collier, 1979; Meira, 2009). É bem menos conhecida ou divulgada academicamente a relação de segurança que surgiu a partir das consideráveis transferências de material de emprego militar – inclusive de armamento convencional e grandes sistemas de armas ou *major weapons* – de fabricação brasileira para o país andino. Esse é um problema-objeto que somente a partir de pesquisa em arquivos e com documentação recentemente desclassificada está, gradualmente, vindo à tona.

Para os fins deste estudo é especialmente relevante e significativo constatar que as fontes consultadas confirmam a vinculação entre indústria de defesa, exportação de armas e política externa brasileira. Todavia, a concessão de inovadora linha de crédito especial em 1975 – e majorada em 1977, até atingir um montante de 34 milhões de dólares – alavancou ainda mais as exportações de armas que já existiam desde antes dos governos de Geisel e de Banzer. Em consequência, o Ministério da Defesa da Bolívia se erigiu em um relevante cliente de certas empresas exportadoras brasileiras, com destaque para viaturas blindadas e caminhões de uso militar da Engesa. Todavia, vale reiterar que essas transferências foram oportunamente aprovadas pelo próprio governo brasileiro, doravante no marco da denominada Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM, que vigorou entre 1974 e 2018.

Em decorrência do exposto, entende-se que existe suficiente lastro documental para considerar corroborada, ao menos provisoriamente, a hipótese apresentada na Introdução deste estudo de caso. Para além disso, acredita-se que novos estudos e pesquisas nesta temática poderão complementar, aprofundar e ampliar uma problemática importante e pouco conhecida na literatura acadêmica brasileira e latino-americana acerca da segurança e política internacional, bem como no tocante à evolução das relações bilaterais brasileiro-bolivianas. Em meio a esse emergente esforço coletivo da microcomunidade epistêmica em questão, também se confia que o inovador enfoque da Guerra Fria Latino-Americana seja uma alternativa teórico-metodológica e empírica muito significativa,

¹⁸ Sizinio Pontes Nogueira ao MRE, Telegrama 627 (Secreto urgentíssimo), La Paz, 23.5.1978, AN: SNA AMAG 13, p. 129-130/161.

confiável, válida e pragmática para fundamentar futuras discussões (Field, Krepp e Pettinà, 2020).

Com efeito, novas perguntas e projetos de pesquisa poderão, futuramente, esclarecer as implicações e desdobramentos da política brasileira de exportação de armas para a Bolívia, quer em termos bilaterais, quer em termos regionais e continentais. Dentre essas futuras perguntas de uma emergente agenda de pesquisa na temática poderiam ser identificadas as seguintes: (i) quais os ensinamentos institucionais mais importantes resultantes do caso boliviano no contexto geral da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNE-MEM?; (ii) qual o padrão de relacionamento estabelecido entre diplomatas, militares e o empresariado da indústria de defesa do Brasil correlacionado com o processo de tomada de decisão no caso andino e suas implicações no médio prazo?; ou (iii) quais os principais desdobramentos internos, tanto no Brasil quanto na Bolívia, decorrentes dessa relação de segurança, inclusive em termos políticos, sociais e econômicos?

Tendo dito isso, é importante concluir o presente artigo sublinhando a relevância da abertura de novos arquivos e o acesso a documentação desclassificada de origem brasileira, boliviana e até de terceiros países com vínculos e interesses na temática. Todavia, outras técnicas e desenhos de pesquisa e de coleta de dados também poderiam ser aplicadas, no contexto do pluralismo metodológico. Somente assim será possível alcançar patamares mais elevados de confiabilidade, validade e replicabilidade das análises interpretativas e do próprio conhecimento científico em construção, particularmente no campo dos estudos e pesquisas sobre a Guerra Fria Latino-Americana.

Referências

- ANDRADE, E. 2011. *Bolívia: democracia e revolução. A Comuna de La Paz de 1971*. São Paulo, Alameda Editorial, 340 p.
- BLECHMAN, B. 1990. *The Politics of National Security*. New York, Oxford University Press, 249 p.
- BOERSNER, D. 2007. *Relaciones internacionales de América Latina*. 6ª ed. Caracas, Random House Mondadori, 283 p.
- BRANDS, H. 2010. *Latin America's Cold War*. Cambridge, Harvard University Press, 408 p.
- BROOKE, J. 1981. *Dateline Brazil: Southern Superpower*. *Foreign Policy*, 44:167-180.
- BURNS, M. 2014. Dictatorship across Borders: The Brazilian Influence on the Overthrow of Salvador Allende. *Estudios de Seguridad y Defensa*, 3:165-187.
- CARDOSO, F. H. 1979. On the Characterization of Authoritarian Regimes in Latin America. In: D. COLLIER, *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, p. 33-57.
- CERVO, A. 2001. *Relações internacionais da América Latina*. Brasília, Funag e Ibrri, 316 p.
- CERVO, A.; BUENO, C. 2002. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília, Ibrri e Edunb, 246 p.
- CHUNGARA, Domitila. 1978. *Si me permiten hablar: testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*. México, Siglo XXI, 189 p.
- COLLIER, D. 1979. *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 459 p.
- CONCA, K. 1997. *Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil's Military-Industrial Complex*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 283 p.
- DE SOUZA, E. 2019. A disputa hegemônica brasileira com a república da Argentina – o caso da ingerência na Bolívia. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 14:261-289.
- DINGES, J. 2005. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 482 p.
- DUNKERLEY, J. 2017. *Rebelión en las venas: la lucha política en Bolivia 1952-1982*. La Paz, Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, 241 p.
- FERNANDES, F. 2009. *De golpe a golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)*. Curitiba, Juruá, 144 p.
- FIELD, T.; KREPP, S.; PETTINÀ, V. 2020. *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 422 p.
- GAILLARD, P. 1980. L'explosion mondiale de l'arsenal brésilien, *Jeune Afrique*, 1026:1-3.
- GEISEL, E. 1974. Presidente Geisel visita Bolívia. Texto da saudação do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente Hugo Banzer, em Cochabamba, no dia 22 de maio de 1974. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 1(1):17.
- HARMER, T. 2011. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 375 p.
- LAVAUD, J. P. 2003. *La dictadura minada*. La Paz, CESU, IFEA, Plural Editores, 284 p.
- LAVAUD, J. P. 1991. *L'Instabilité politique de l'Amérique latine: Le cas de la Bolivie*. Paris, L'Harmattan/IHEAL, 192 p.
- LIMA, S. 2018. *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília, Funag, 476 p.
- MAGALHÃES, D. 2016. *A política brasileira de exportação de armas no contexto da revitalização da base industrial de defesa*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTINS, J. M. Q.; NUNES, R. C. 2017. Brazil's foreign policy, defense policy and development model: from the developmental state to the logistic state (1930-2017). *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 6(12):178-208.
- MCCANN, F. 1981. *The Brazilian Army and the Pursuit of Arms Independence, 1899-1979*. In: B. F. COOLING, *War, Business and World Military-Industrial Complexes*. London, Kennikat Press, p. 171-193.
- MCSHERRY, J. 2009. *Los Estados depredadores, la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago, Lom, 328 p.
- MEIRA, R. 2009. *Brasil, Bolívia, hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul*. Brasília, DF. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
- MITCHELL, C. 1981. The New Authoritarianism in Bolivia. *Current History*, 80(453):75-78.
- MONIZ BANDEIRA, L. 2008. *Fórmula para o caos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 640 p.
- MORAES, R. 2012. *A inserção externa da indústria brasileira de defesa*. Brasília, IPEA, 74 p.

- MUNHOZ, S. 2020. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba, Appris, 313 p.
- O'DONNELL, G. 1979. Tensions in the Bureaucratic-Authoritarian State and the Question of Democracy. In: D. COLLIER, *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, p. 285-318.
- PETTINÀ, V. 2018. *Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina*. México, Colmex, 260 p.
- PIERRE, A. 1982. *The Global Politics of Arms Sales*. Princeton, Princeton University Press, 352 p.
- PINTO, S.; NOVION, J. 2018. Brasil-Bolívia: relações diplomáticas em tempos de ditadura. In: G. J. DA SILVA, *Entre fronteiras Brasil-Bolívia: relações internacionais, diplomacia e política*. Jundiá, Paco Editorial, p. 80-99.
- PROENÇA, D. 1994. *Uma avaliação da indústria bélica brasileira*. Rio de Janeiro, Finep, 331 p.
- RIBEIRO, D. 1972. Nuevos caminos de la Revolución Latinoamericana. *Estudios Internacionales*, 5(18):3-28.
- SÁNCHEZ, R. 1972. *Brasil en Bolívia: lecciones de un golpe militar*. Santiago de Chile, Prensa Latinoamericana, 44 p.
- SIMON, R. 2021. *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. São Paulo, Brasil, Companhia das Letras, 783 p.
- SIPRI. 2022. TIV of Arms Exports from Brazil, 1974-1979. *SIPRI Arms Transfers Database*, Stockholm, Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em 2/7/2022.
- SIVAK, M. 2001. *El dictador elegido: biografía no autorizada de Hugo Banzer Suárez*. La Paz, Plural Editores, 381 p.
- SKIDMORE, T. 1988. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 608 p.
- SOUZA, O. 1998. *Brasil e Bolívia: limite e desafios nas relações bilaterais*. Brasília, DF. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados das Américas da Universidade de Brasília.
- SPEKTOR, M. 2004. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(2):191-222.
- STRACHMAN, E.; DEGLLESPOSTI, E. 2010. A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. *Ensaio FEE*, 31:31-58.
- VIDIGAL, C. 2007. Relações Brasil-Bolívia (1973-1974): o gás e a geopolítica regional. *Cena Internacional*, 9:9-32.
- VIZENTINI, P. 1998. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 416 p.
- WESTAD, O. 2005. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge, Cambridge University Press, 484 p.
- WHITEHEAD, L. 2002. Bolívia, 1930-c. 1990. In: L. BETHELL, *Historia de América Latina*. Vol. 16. Barcelona, Crítica, p. 105-169.

Submetido em: 04/03/2022

Aceito em: 04/07/2022